



Eaglestone Capital Sociedade  
Gestora de Organismo de  
Investimento Colectivo, S.A.



Relatório & Contas 2021



Relatório de Gestão do Conselho de Administração.....	2
Demonstrações Financeiras.....	11
Anexos .....	
- Relatório de Auditoria	





# Relatório de Gestão do Conselho de Administração

---

## Relatório de Gestão do Conselho de Administração

O ano de 2021 representou para a actividade da Eaglestone Capital Sociedade Gestora de Organismo de Investimento Colectivo S.A. (“Eaglestone Capital” ou “Sociedade”) uma reorientação estratégica em função da situação e do desenvolvimento actual do mercado que passa pela aposta no desenvolvimento de fundos imobiliários especializados e em fundos de capital de risco/private equity e uma saída dos fundos mobiliários de liquidez.

A referida reflexão foi desencadeada pela conjugação da dificuldade de progressão na comercialização do fundos de liquidez existentes e com a saída em Março de 2021 do membro do Conselho de Administração da Eaglestone Capital, SGOIC, S.A. responsável pela gestão do Fundo Eaglestone Liquidez Livre e pelo Fundo BIR Horizonte que apresentou a sua demissão com o seu regresso imediato a Portugal.

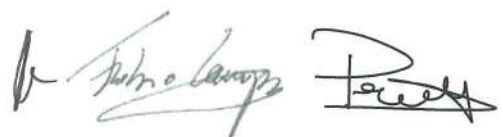
Tende presente estes factos, conjugado com o facto de que os fundos não atingiram os objectivos de dimensão previstos aquando da sua constituição não tornando possível no médio prazo um cenário de rentabilidade positiva para a sociedade gestora bem como a sustentabilidade para a rentabilidade dos investidores no longo prazo, a Sociedade decidiu no interesse dos investidores e ao abrigo dos artigos 32º, 33º e 34º do Regime Jurídico dos Organismos de Investimento Colectivo e do artigo 64º do Regulamento dos Organismos Investimento Colectivo (CMC 4/14) comunicar formalmente à CMC em Junho de 2021 a decisão de proceder à dissolução dos Fundos e proceder ao reembolso dos investimentos dos participantes no âmbito deste processo, processo esse que teve o seu término no mês de Outubro de 2021.

Na sequência deste processo, a Sociedade focou-se no desenvolvimento e estruturação de um fundo de investimento imobiliário fechado de subscrição pública, destinado a gerir parte do património imobiliário da ENSA – Seguros de Angola, S.A. de carácter habitacional e comercial e que obteve a aprovação junto da CMC em 14 de Julho de 2021 e o seu registo em 31 de Março de 2022, estando o início da subscrição pública previsto para o início do mês de Maio de 2022.

No decorrer do 1º semestre de 2021, efectivou-se a constituição da ASGAP (Associação das Sociedades Gestoras de Activos e de Patrimónios de Angola), sendo a Eaglestone Capital um dos membros fundadores.

De referir que a 13 de Julho de 2021 a CMC comunicou o registo do Dr. Nuno Sousa Gil como novo membro do Conselho de Administração e a 15 de Setembro de 2021 a CMC comunicou a aprovação do pedido efectuado de aumento de capital da Eaglestone Capital de 30 milhões de kwanzas para 100 milhões de kwanzas.

Merece menção que em Assembleia Geral realizada a 13 de Dezembro de 2021 foi aprovado a realização de um novo aumento de capital social até 150 milhões de kwanzas a ser concretizado em 2022.







## Síntese de Evolução dos Mercados em 2021

### Enquadramento Internacional

Os mercados bolsistas mundiais voltaram a registar ganhos de dois dígitos pelo terceiro ano consecutivo em 2021, impulsionados pela manutenção de uma política monetária acomodatória por parte dos principais bancos centrais e pelos estímulos fiscais implementados pelos diversos governos para atenuar o impacto da COVID-19 na actividade económica. Esta evolução francamente positiva deveu-se também aos avanços registados no processo de vacinação contra a COVID-19 e ao levantamento gradual de restrições relacionadas com a pandemia ao longo do ano.

O índice FTSE All-World Share subiu 16,7% (denominado em dólares) em 2021, acima do ganho de 14,1% alcançado no ano anterior. De facto, os investidores estavam bastante optimistas no início do ano, com o desenrolar favorável do processo de vacinação e uma melhoria da procura por parte dos agentes económicos (consumidores e empresas) a perspectivarem um ano positivo nos mercados. Contudo, esta evolução não foi tão forte como a valorização de 24% em 2019, o ano que antecedeu a pandemia.

De salientar a subida muito pronunciada dos índices cotados em Wall Street ao longo de 2021. Em particular, o índice S&P 500 valorizou quase 27% no período, beneficiando fundamentalmente da forte valorização de cerca de 50% dos títulos do sector energético. Este índice atingiu vários máximos ao longo de 2021 e fechou o ano perto de um novo recorde. A Europa registou ganhos um pouco mais modestos, mesmo assim ficando perto dos 20%, enquanto na Ásia o índice Topix no Japão subiu cerca de 10%.

Enquanto a COVID-19 continuou a dominar as atenções, surgiram também preocupações por parte dos investidores relacionadas com a subida da inflação ao longo do ano e o seu impacto potencial no resto da economia. Os preços subiram de forma bastante rápida em áreas como a alimentação e a energia um pouco por todo o mundo.

A possibilidade de alguns bancos centrais virem a retirar o apoio concedido até então aos mercados financeiros para combater a crise pandémica, juntamente com o aumento de casos de COVID-19 através da propagação da variante Omicron, ameaçou o sentimento positivo dos investidores perto do final de 2021. No entanto, as bolsas mundiais resistiram à crescente volatilidade que caracterizou os mercados nas últimas semanas do ano e a tendência positiva permaneceu intacta.

A possível retirada de estímulos monetários devido ao aumento das pressões inflacionistas levou a uma correção no mercado da dívida e causou uma subida das *yields* da dívida nos principais blocos económicos. De um modo geral, as principais *yields* globais fecharam o ano num nível mais alto do que no início de 2021.

Por fim, de realçar a forte valorização do petróleo em 2021, com o preço médio do Brent a atingir os 70,6 dólares no ano, representando uma subida de quase 68% face ao ano anterior. A recuperação da actividade económica, a reabertura gradual das economias e a actual situação no mercado petrolífero onde a oferta se encontra algo limitada pela política seguida pela OPEP e seus parceiros foram apontadas como as principais razões para esta evolução.

## ANGOLA – ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

A actividade económica em Angola estabilizou em 2021 após cinco anos consecutivos de recessão entre os anos de 2016 e 2020. Segundo dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), o PIB real chegou mesmo a registar um ligeiro crescimento de 0,7% no período, beneficiando de uma recuperação de 6,1% no sector não-petrolífero depois de uma contração de -5,0% registada no ano anterior. De salientar uma melhoria no crescimento dos sectores da agricultura e pescas (16,2%) e do retalho (13,5%), sendo este último o segundo sector mais relevante em termos do PIB angolano (ficando apenas atrás do sector petrolífero). Por outro lado, a actividade no sector da construção (o terceiro em termos do PIB angolano) voltou a cair (-6,7%) no seguimento de uma contração muito pronunciada de -25,8% em 2020. À semelhança do que ocorre desde 2016, a actividade no sector petrolífero voltou a contrair em 2021, uma queda que se acentuou no ano passado para os -11,5%.

Em termos de inflação, Angola registou também pressões inflacionistas, acompanhando a tendência que se tem vindo a verificar no resto do mundo. O aumento do nível geral dos preços tem sido impulsionado maioritariamente pela subida no custo dos alimentos, que representa em média perto de 70% da inflação total do país. No final do ano, a inflação homóloga encontrava-se nos 27% enquanto a média dos últimos 12 meses estava nos 25,7%. Estes valores comparam com 25,1% e 22,3%, respectivamente, no final de 2020 e ficaram bastante acima dos registados no final de 2019 (16,9% e 17,1%, respectivamente).

O Banco Nacional de Angola (BNA) manteve sua taxa de juro directora nos 15,5% desde Maio 2019, enquanto o coeficiente de reservas obrigatórias em moeda local manteve-se inalterado em 22,0% desde Outubro 2019. Contudo, as pressões inflacionistas registadas no país levaram a que o banco central aumentasse a Taxa BNA para 20,0% em Junho 2021 e o rácio de reservas obrigatórias em moeda estrangeira para também 22,0% em Maio 2021.

Entretanto, dados do BNA mostraram que a taxa de câmbio média do kwanza registou uma certa estabilidade no primeiro semestre de 2021 face ao dólar norte-americano e até apreciou-se face ao euro. O kwanza chegou mesmo a apreciar-se face a estas duas moedas na segunda metade do ano, beneficiando da melhoria dos fundamentos económicos de Angola e também da subida no preço do crude. A taxa de câmbio média do USD/AOA foi de 624,2 e a do EUR/AOA foi de 739,1 em 2021. Em termos de cotações do final do ano, o kwanza apreciou-se 17,0% face ao dólar norte-americano e 26,9% face ao euro.

Também, segundo o BNA, as reservas líquidas internacionais no banco central ficaram em USD 9.861 milhões em Dezembro 2021, enquanto as reservas brutas atingiram USD 15.508 milhões, cobrindo cerca de 12 meses de importações. Esses números comparam com USD 8.767 milhões e USD 14.879 milhões, respectivamente, no final de 2020.

Por fim, a *yield* dos Bilhetes do Tesouro (BTs) a 6 meses estava em torno dos 14,5% no final de 2021 depois de ter atingido os 20,5% no primeiro trimestre do ano. Estes valores comparam com uma *yield* de 20,0% no final do ano anterior. Também a taxa dos BTs a 12 meses registou uma tendência descendente a partir de Abril 2021 e fechou o ano nos 17,1% (a *yield* a 12 meses estava em torno dos 20,8% em Dezembro 2020 e 21,0% em Março 2021).







## ANGOLA – MERCADO DE GESTORAS DE ORGANISMOS INVESTIMENTO COLECTIVO

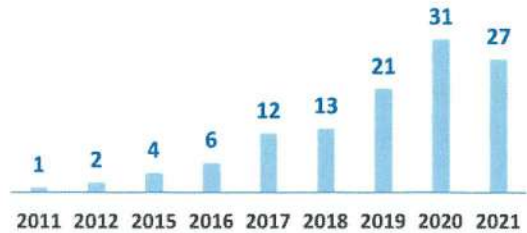
Em Angola, encontram-se registadas na Comissão de Mercado de Capitais: 10 Sociedades Gestoras de Organismos de Investimento Colectivo (SGOIC) e 27 Fundos de Investimento (OIC)

### SGOIC Registadas

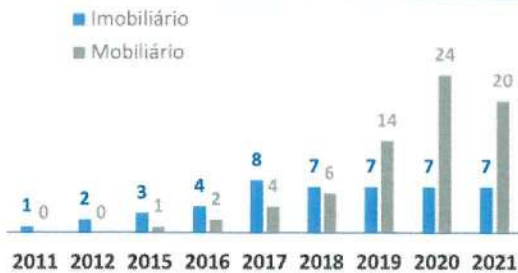


Finmanagement

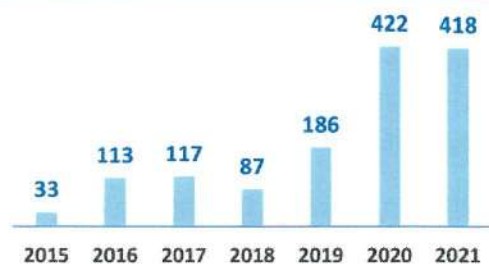
### Nº de OIC Registados



### Nº de OIC Mobiliários e Imobiliários Registados



### Valo Líquido Global sob gestão (Mil Milhões AOA)



Também se encontram registados na Comissão de Mercado de Capitais: 38 Peritos Avaliadores de Imóveis de Organismos de Investimento Colectivo (PAIOIC) e 9 Auditores Externos de Investimento (OIC).

### PAIOIC Registados



+ 23 Pessoas Singulares

### Auditores Externos Registados



audiconata

## Gestão de Risco em 2021

A Sociedade privilegia uma cultura de gestão de risco assente em princípios de rigor, profissionalismo e diligência, em que todos os colaboradores são chamados a contribuir, tanto no âmbito específico do cumprimento das suas funções, como da sua postura face às obrigações regulamentares, éticas e profissionais aplicáveis.

O sistema de gestão de risco implementado na Sociedade tem por base princípios de gestão prudencial, simultaneamente com o propósito de garantir o cumprimento das obrigações legais e regulamentares em vigor.

A Política de Gestão de Riscos da Sociedade tem como objectivo dotar a Sociedade de um sistema de gestão de riscos independente, adequado e proporcional à natureza, dimensão e complexidade das suas actividades, que permite identificar, avaliar, mitigar, acompanhar e controlar todos os riscos a que a Sociedade e os fundos de investimento por si geridos se encontram expostos.

A Sociedade dispõe de um Conselho de Administração (CA), um Órgão de Fiscalização (Conselho Fiscal), e está organizada em linha com as orientações superiormente estabelecidas para cada atividade e função.

Esta estrutura permite distinguir três linhas de defesa no sistema de gestão de risco:

O Conselho de Administração, órgão que detém o primeiro nível de decisão da Sociedade, assegura juntamente com as Direções da Eaglestone Capital a primeira linha de defesa, exercendo a gestão diária dos vários riscos da atividade, implementando os mecanismos de controlo adequados à sua mitigação e identificando potenciais novos riscos.

A segunda linha de defesa é assegurada pelas áreas de Gestão de Riscos e Compliance/AML da Unidade de Controlo da Sociedade, sendo os responsáveis pela avaliação, controlo e monitorização dos riscos quer da sociedade quer dos fundos sob gestão, verificando igualmente a aplicação e o cumprimento das regras legais e internas. A terceira linha de defesa é atribuída às áreas de Auditoria e Conselho Fiscal, a quem cabe a validação da implementação e da adequação dos controlos definidos, supervisionando a correcta aplicação das políticas e procedimentos por parte dos intervenientes.

A Sociedade dispõe de um conjunto de soluções informáticas que apoiam e asseguram a gestão e controlo dos riscos da Sociedade e dos Fundos sob gestão, em coerência com as exigências regulamentares e legais e com o perfil de risco estrategicamente definido, sendo o acompanhamento dos riscos realizado mediante um processo sistematizado incluindo a produção de relatórios periódicos e tempestivos, com informação clara e fiável sobre as exposições às categorias de risco relevantes.







## Actividade Comercial em 2021

O ano de 2021 manteve o contexto marcado por taxas de juro em níveis historicamente altos durante os primeiros meses do ano, onde os rendimentos em grande parte da curva são positivos e os estímulos monetários ainda inexistentes. Consequentemente, a generalidade das classes de activos alcançaram níveis de desempenho positivos em Angola, pelo que na sua maioria os fundos de investimento geridos registaram performances positivas, em linha com o mercado.

As taxas de juro de curto-prazo em Angola registaram alguma subida nos primeiros meses de 2021 para os prazos de 91, 182 e 364 dias. As *yields* dos BTs a 91 dias no mercado primário estavam em torno dos 19,4%, a 182 dias nos 20,5% e a 364 dias nos 21,0%. Estes valores comparam com 19,0%, 20,0% e 20,8%, respectivamente, no final do ano anterior. A trajectória ascendente das *yields* reflecte, em parte, a necessidade de alguns bancos centrais (como é o caso do BNA) terem de implementar uma política monetária mais restritiva para conter esta escalada no nível dos preços.

Contudo, esta tendência inverteu-se na segunda metade de 2021, com as *yields* a caírem para níveis perto dos 14,5% nas BTs a 182 dias e 17,1% nas BTs a 364 dias.

No que diz respeito à actividade comercial exercida pela Eaglestone Capital, ficou marcada pelo agravamento nos primeiros meses do ano do impacto do Covid-19 reforçada pela dificuldade em encontros presenciais e uma continuada reacção das instituições na alteração de condições e propostas financeiras no sentido de manterem a liquidez dos seus clientes quando confrontados com a possibilidade de estes tomarem decisões de investimento alternativas, não se tendo verificado a concretização de subscrições adicionais e o conseqüente aumento do volume de activos sob gestão, o que conduziu a decisão de liquidação do FEIVMA Eaglestone Capital – Fundo Liquidez Livre no 2º semestre de 2021.

Em conclusão, entre Janeiro de 2019 a Outubro de 2021, momento em que se concluiu o processo de liquidação e dissolução, a Eaglestone Capital SGOIC geriu o seguinte Fundo que apresentava no momento da decisão de liquidação:

### FEIVMA Eaglestone Capital – Fundo Liquidez Livre

#### Elementos Identificativos

Tipo de Fundo: Fundo Especial de Investimento Valores Mobiliários Aberto  
Data de Constituição: 9 de Janeiro de 2019  
Sociedade Gestora: Eaglestone Capital SGOIC, S.A.  
Banco Depositário: BNI, S.A.  
Valor de capital subscrito: 699 948 213 Kwanzas  
Valor da Carteira em 31 Agosto de 2021: 862 962 070 Kwanzas  
Valor da Unidade de Participação: 61 865,52 Kwanzas

As demonstrações financeiras e notas às contas, a emissão do relatório de auditoria e determinação do valor final de liquidação do Eaglestone Fundo Liquidez Livre foram concluídas à data de 30 de Agosto de 2021 e o processo de reembolsos dos participantes no Eaglestone Fundo Liquidez Livre terminou no dia 20 de Outubro de 2021.


Em relação ao fundo BIR Horizonte, cuja constituição foi aprovada pela CMC em 20 Novembro de 2020 a sua comercialização não chegou a ocorrer com sucesso pelo que o processo de liquidação e dissolução ocorreu em simultâneo sem nada a registar de relevante e terminou igualmente em Outubro de 2021.

## Eventos Subsequentes

No período decorrido entre 31 de Dezembro de 2021 e a elaboração do presente Relatório é de assinala o seguinte eventos relevante:

- A aprovação pela CMC do registo do fundo FUNDINVEST – Fundo de Investimento Imobiliário Fechado de subscrição pública;

Luanda, 29 de Abril de 2022



Pedro Ferreira Neto  
Presidente do Conselho de Administração

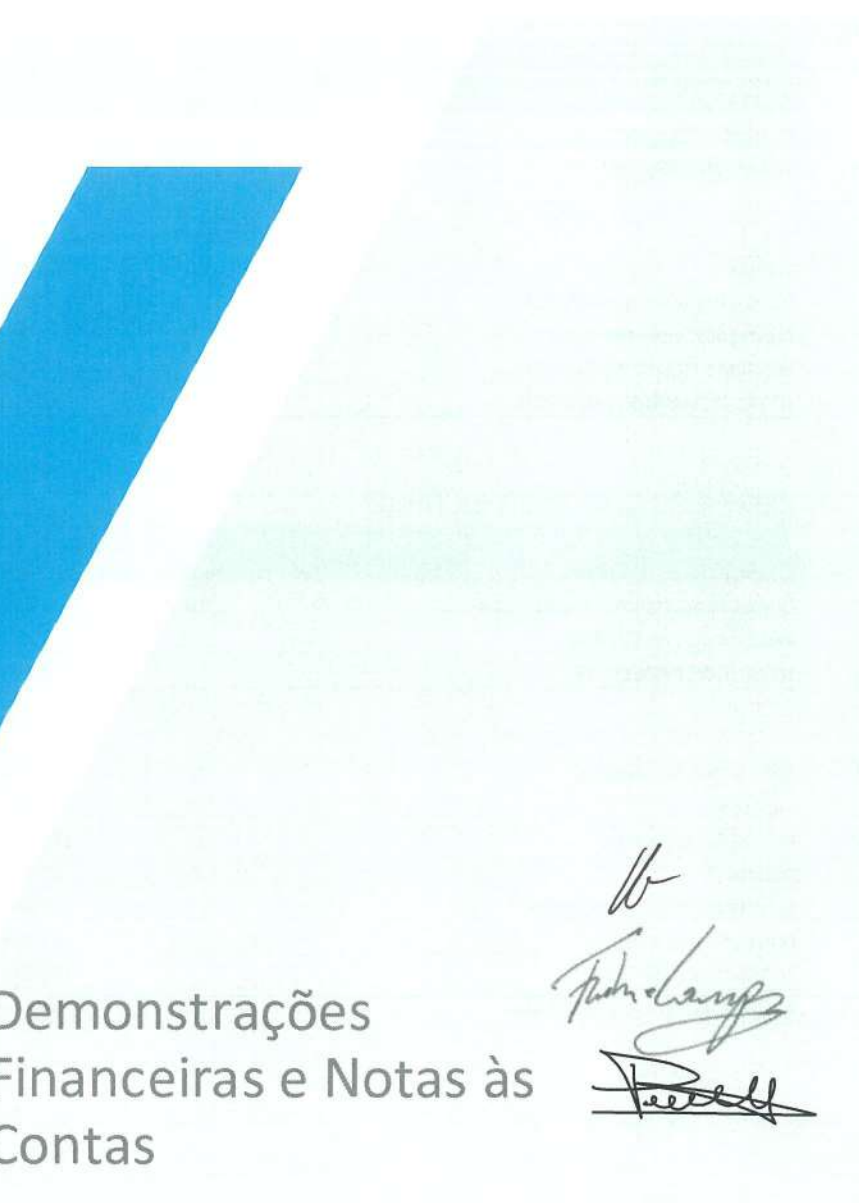



Nuno de Sousa Gil  
Vogal do Conselho de Administração



Fábio Kaynuche Campos  
Vogal do Conselho de Administração

# Eaglestone Capital SGOIC, S.A.



Demonstrações  
Financeiras e Notas às  
Contas





# Demonstrações Financeiras e Notas às Contas

## 1. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Balanco em 31 de dezembro de 2021

(Valores em Akz)

ACTIVO	Notas	Valor Bruto	Provisões Imparidades Amortizações Depreciações	Valor Líquido (31-12-2021)
Disponibilidades	5	485 804	0	485 804
Títulos e valores mobiliários	5	0	0	0
Créditos	6	0	0	0
Negociação e Intermediação de Valores		0	0	0
Activos Imobiliários	7	9 367 497	7 809 410	1 558 087
Activos Fixos Tangíveis		429 067	0	429 067
Activos Fixos Intangíveis		8 938 430	7 809 410	1 129 020
<b>TOTAL DO ACTIVO</b>		<b>9 853 301</b>	<b>7 809 410</b>	<b>2 043 891</b>

(Valores em Akz)

PASSIVO	Notas	Período Corrente (31-12-2021)
Outras Obrigações	8	-266 939
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>-266 939</b>

Capital	9	100 000 000
Lucros/Prejuízos Acumulados		-153 055 301
Prestações Suplementares		217 035 873
Resultado Líquido do Exercício		-161 669 742
<b>TOTAL DE FUNDOS PRÓPRIOS</b>		<b>2 310 830</b>

## DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

(Valores em Akz)

Rubricas	Notas	Período Corrente (31-12-2021)
Outros Rendimentos Operacionais	10	2 890 000
Rendimentos de Câmbio		272 959
<b>TOTAL DOS PROVEITOS</b>		<b>3 162 959</b>

Juros e Outras Despesas	11	1 138 234
Impostos	12	101 500
Prestação de Serviços	13	118 938 854
Pessoal	7	17 784 739
Amortizações e Depreciações		7 809 410
Outros Custos e Perdas		19 059 964
<b>TOTAL DAS DESPESAS</b>		<b>164 832 701</b>
<b>APURAMENTO DO RESULTADO</b>		<b>-161 669 742</b>


  
 Fernando Lamp

## DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÃO DOS FUNDOS PRÓPRIOS

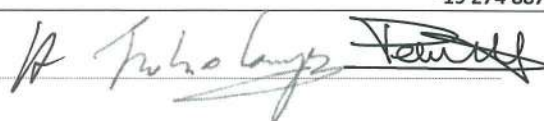
(Valores em Akz)

	2020	2021	
<b>Saldo em 01 de Janeiro de 2021</b>	<b>-4 316 569</b>	-	-
Recebimentos por Aumentos de Capital	30 000 000	100 000 000	70 000 000
Pagamentos por Reduções de Capital	-	-	-
Incorporações de Reservas ao Capital	-	-	-
Incorporações de Lucros ou Prejuízos Acumulados	-31 775 745	-153 055 301	-121 279 557
Efeitos de Ajustes Diários aos Títulos e Valores Mobiliários	-	-	-
Efeitos de Ajustes das Operações Cambiais	-	-	-
Efeitos de Perdas Líquidas em Fundos de Pensão Patrocinados	-	-	-
Efeitos da Subscrição de Unidades de Titularização	-	-	-
Efeitos da Subscrição de Unidades de Participação	-	-	-
Apropriação do Resultado Líquido do Exercício	-121 279 557	-161 669 742	-40 390 185
Prestações Suplementares	118 738 732	217 035 873	98 297 141
Anulação de Reservas	-	-	-
Pagamnto de Dividendos Antecipados das SI	-	-	-
Dividendos Propostos no Período	-	-	-
Compensações de Prejuízos	-	-	-
Efeitos das Distribuições de Resultados	-	-	-
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2021</b>		<b>2 310 830</b>	<b>6 627 399</b>

## DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

(Valores em Akz)

	Notas	Período Corrente (31-12-2021)
<b>Fluxos de Caixa dos Juros e Outros Rendimentos</b>		<b>167 292 959</b>
Fluxos de Caixa de Comissões		2 890 000
Fluxos de Caixa de Outros		164 402 959
<b>Fluxos de Caixa de Rendimentos de Operações de Créditos</b>		-
<b>Fluxos de Caixa de Rendimentos de Câmbio</b>		-
<b>Fluxos de Caixa de Rendimentos de Aplicações em Operações Comprometidas</b>		-
<b>Fluxos de Caixa da Aquisição dos Créditos e Emissão das UTC</b>		-
<b>FLUXO DE CAIXA DE RECEBIMENTOS</b>		<b>167 292 959</b>
<b>Fluxos de Caixa dos Juros e Outras Despesas</b>		-
<b>Fluxos de Caixa de Despesas de Obrigações por empréstimos e Repasses</b>		-
<b>Fluxos de Caixa de Rendimentos de Câmbio</b>		-
<b>Fluxos de Caixa com Ajuste ao Valor de Mercado</b>		-
<b>Fluxos de Caixa de Impostos</b>		2 945 183
<b>Fluxos de Caixa de Comissões</b>		-
<b>Fluxos de Caixa de Multas</b>		-
<b>Fluxos de Caixa de Custos e Perdas Operacionais</b>		<b>183 203 546</b>
Fluxos de Caixa da Prestação de Serviços		162 719 880
Fluxos de Caixa de Pessoal		20 483 667
<b>Fluxos de Caixa de Outros Custos e Perdas</b>		<b>419 116</b>
Pagamentos de Outros Custos e Perdas		419 116
<b>FLUXO DE CAIXA DE PAGAMENTOS</b>		<b>186 567 845</b>
<b>SALDOS DOS FLUXOS MONETÁRIOS DO PERÍODO</b>		<b>-19 274 887</b>
<b>Saldo em Disponibilidade no Início do Período</b>		<b>0</b>
<b>Saldo em Disponibilidade no Fim do Período</b>		<b>-19 274 887</b>



## 2. NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### 1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Eaglestone Capital SGOIC, S.A. (adiante igualmente designado por “Eaglestone” ou “Sociedade”), com o Registo Comercial N.º18-10487-L2, tem o Número de Identificação Fiscal 5417655872, com o registo junto da Comissão de Mercado de Capitais (CMC) n.º 002/SGOIC/CMC/11-2018.

A Eaglestone é uma Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Colectivo (Fundos de Investimento) e está autorizada a prestar todos os serviços descritos no Código de Valores Mobiliários combinado com o Decreto Legislativo Presidencial n.º7/13 de 11 de Outubro sobre o Regime Jurídico dos Organismos de Investimento Colectivo e demais regulamentação.

### 2. BASES DE APRESENTAÇÃO E RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

#### a. Bases de Apresentação

As demonstrações financeiras da Eaglestone foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e de acordo com o Plano de Contas dos Organismo de Investimento Colectivo e das Sociedades Gestoras, nos termos do Regulamento da CMC n.º 9/16 de 6 de Julho.

Sendo este o terceiro exercício de preparação das Demonstrações Financeiras são apresentados os montantes com referência ao exercício decorrido entre 1 de Janeiro de 2021 e 31 de Dezembro de 2021.

As demonstrações financeiras da Eaglestone encontram-se expressas em Kwanzas, não tendo à data de 31/12/2021 activos e passivos denominados em outras divisas. As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, modificado pela aplicação do justo valor para os instrumentos financeiros derivados e activos financeiros e passivos financeiros reconhecidos ao justo valor através dos resultados, excepto aqueles para os quais o justo valor não está disponível.

#### b. Transações em moeda estrangeira

As operações em moeda estrangeira são registadas de acordo com os princípios do sistema multi-currency, sendo cada operação registada em função das respectivas moedas de denominação. Os activos e passivos expressos em moeda estrangeira são convertidos para Kwanzas à taxa de câmbio média publicada pelo Banco Nacional de Angola à data do balanço. Os custos e proveitos relativos a diferenças cambiais, realizadas ou potenciais, são registados na demonstração dos resultados do exercício em que ocorrem.

#### c. Créditos e outros valores a receber

São activos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados num mercado activo. Esta categoria inclui o crédito concedido a Clientes, aplicações em instituições de crédito e outros valores a receber. No reconhecimento inicial, estes activos são registados pelo seu justo valor, acrescido de outros custos e proveitos directamente atribuíveis à originação da operação. Subsequentemente, estes activos são registados pelo seu custo amortizado.

#### d. Títulos e valores mobiliários





Atendendo às características dos Títulos e valores mobiliários, após o reconhecimento inicial, estes são valorizados ao justo valor, sendo o respectivo proveito ou custo proveniente da valorização reconhecido em resultados do exercício.

No caso de títulos de dívida, o valor de balanço inclui o montante dos juros corridos.

### Valor de Mercado

A metodologia de apuramento do valor de mercado (justo valor) dos títulos utilizada pela Eaglestone é conforme segue:

- i) Preço médio de negociação no dia do apuramento ou, quando não disponível, o preço médio de negociação no dia útil anterior;
- ii) Valor líquido provável de realização obtido mediante adopção de técnica ou modelo interno de valorização;
- iii) Preço de instrumento financeiro semelhante, levando em consideração, no mínimo, os prazos de pagamento e vencimento, o risco de crédito e a moeda ou indexador; e
- iv) Preço definido pelo Banco Nacional de Angola.

No caso de títulos para os quais não existe cotação em mercado activo com transacções regulares e que têm maturidades reduzidas, os mesmos são valorizados com base no custo de aquisição por se entender que reflecte a melhor aproximação ao seu valor de mercado. Desta forma, as Obrigações do Tesouro emitidas pelo Estado Angolano serão registadas no balanço Eaglestone pelo respectivo valor de aquisição, por se entender que reflecte a melhor aproximação ao seu valor de mercado, uma vez que não existe uma cotação em mercado activo com transacções regulares.

### e. Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros são todos os passivos financeiros que não se encontram registados na categoria de passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros são desreconhecidos quando a obrigação subjacente é liquidada, expira ou é cancelada. Os passivos financeiros não derivados incluem recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito, recursos de Clientes e outros empréstimos.

Estes passivos financeiros são registados inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transacção incorridos e subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva, com a excepção dos passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados, os quais são registados ao justo valor.

### f. Activos intangíveis e outros activos tangíveis

Os activos intangíveis e outros activos tangíveis serão registados ao custo de aquisição.



A depreciação será calculada pelo método das quotas constantes às taxas máximas fiscalmente aceites como custo, de acordo com o Código do Imposto Industrial.

#### g. Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em outras instituições de crédito.

#### h. Comissões

Os rendimentos resultantes de serviços e comissões são reconhecidos de acordo com os seguintes critérios:

- quando são obtidos à medida que os serviços são prestados, o seu reconhecimento em resultados é efectuado no período a que respeitam;
- quando resultam de uma prestação de serviços, o seu reconhecimento é efectuado quando o referido serviço está concluído.

#### i. Imposto sobre os lucros

O total dos impostos sobre lucros registados em resultados engloba os impostos correntes e os impostos diferidos.

##### Imposto corrente

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos à matéria colectável resultantes de custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos.

##### Imposto diferido

Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar / pagar em exercícios futuros resultantes de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

Os passivos por impostos diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto os activos por impostos diferidos só são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças temporárias dedutíveis ou de reporte de prejuízos fiscais. Adicionalmente, não são registados activos por impostos diferidos nos casos em que a sua recuperabilidade possa ser questionável devido a outras situações, incluindo questões de interpretação da legislação fiscal em vigor.

##### Imposto industrial

A Eaglestone encontra-se sujeita a tributação em sede de Imposto Industrial, sendo considerado fiscalmente um contribuinte do Grupo A, sujeito a uma taxa de imposto de 30%. A 1 de Janeiro de 2015 entrou em vigor o novo Código do Imposto Industrial, aprovado pela Lei n.º 19/2014, de 22 de Outubro, e que estipulou a taxa de Imposto Industrial em 30%.

O novo Código do Imposto Industrial determina que os proveitos sujeitos a Imposto sobre a Aplicação de Capitais ("IAC") são deduzidos para efeitos de determinação do lucro tributável em sede de Imposto Industrial, não constituindo o IAC um custo fiscalmente dedutível.



Os rendimentos de Obrigações do Tesouro e de Bilhetes do Tesouro emitidos pelo Estado Angolano após 1 de Janeiro de 2013 encontram-se sujeitos a Imposto sobre a Aplicação de Capitais (IAC), à taxa de 10% (5% no caso de títulos de dívida admitidos à negociação em mercado regulamentado e que apresentem uma maturidade igual ou superior a três anos) e a Imposto Industrial: (i) no caso das mais ou menosvalias obtidas (incluindo eventuais reavaliações cambiais sobre a componente do capital); e (ii) no reconhecimento do desconto relativamente aos títulos adquiridos ou emitidos a valor descontado. Os rendimentos sujeitos a IAC encontram-se excluídos de Imposto Industrial.

#### **Imposto sobre a Aplicação de Capitais (IAC)**

Foi aprovado pelo Decreto Legislativo Presidencial n.º 2/2014, de 20 de Outubro, o novo Código do IAC com entrada em vigor a partir de 19 de Novembro de 2014.

O IAC incide, genericamente, sobre os rendimentos que futuramente advirão das aplicações financeiras da Eaglestone. A taxa varia entre 5% (no caso de juros recebidos relativamente a títulos de dívida que se encontrem admitidos à negociação em mercado regulamentado e que apresentem uma maturidade igual ou superior a três anos) e 10%. Sem prejuízo do exposto, no que diz respeito aos rendimentos de títulos de dívida pública, segundo entendimento das Autoridades Fiscais e do Banco Nacional de Angola dirigido à Associação Angolana de Bancos (carta do Banco Nacional de Angola, datada de 26 de Setembro de 2013), apenas os que decorrerem de títulos emitidos em data igual ou posterior a 1 de Janeiro de 2013 estão sujeitos a este imposto.

Em 1 de Agosto de 2013, teve início o processo de automatização de retenção na fonte, pelo BNA, do Imposto sobre a Aplicação de Capitais em conformidade com o previsto no Decreto Legislativo Presidencial n.º 5/11, de 30 de Dezembro.

Após 1 de Janeiro de 2015, o IAC deixou de ter a natureza de pagamento por conta do Imposto Industrial, estando os respectivos rendimentos excluídos de tributação em sede de Imposto Industrial.

#### **Imposto sobre o Património (IPU)**

Incide IPU, à taxa de 0,5%, sobre o valor patrimonial dos imóveis próprios que se destinem ao desenvolvimento da actividade normal da Eaglestone, quando o seu valor é superior a 5 000 m AKZ.

#### **Outros Impostos**

A Eaglestone está igualmente sujeito a impostos indirectos, designadamente, impostos aduaneiros, Imposto do Selo, Imposto de Consumo, bem como outras taxas.

#### **j. Provisões e passivos contingentes**

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou não formalizada) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente, procedendo-se à respectiva divulgação.

### **3. INFORMAÇÃO DA CARTEIRA DE OIC GERIDA**

Com referência a 31 de dezembro de 2021, a Eaglestone não efectua a gestão de nenhum fundo.



#### 4. DISPONIBILIDADES

Em 31 de dezembro de 2021, a rubrica de Disponibilidades tem a seguinte composição:

	31-12-2021
Depósitos à Ordem	485 804
Outros	0
<b>Disponibilidades em Instituições Financeiras</b>	<b>485 804</b>

Com referência a 31 de dezembro de 2021, a rubrica "Outros" tem a seguinte composição:

	Capital aplicado	Juro corrido	Valor carteira
Outros			
Depósitos a Prazo	-	-	-
	-	-	-

#### 5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Com referência a 31 de dezembro de 2021, esta rubrica não é ainda aplicável.

#### 6. CRÉDITOS

Com referência a 31 de dezembro de 2021, esta rubrica não é aplicável.

#### 7. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS E ACTIVOS INTANGÍVEIS

Durante o exercício de 2021, não houve aquisição de activos fixos:

#### 8. OUTRAS OBRIGAÇÕES

Em 31 de dezembro de 2021, a rubrica Outras Obrigações – Credores Diversos corresponde aos montantes devidos pela Eaglestone com serviços técnicos especializados.

#### 9. FUNDOS PRÓPRIOS

##### Capital Social

A Sociedade foi constituída em 2018, com um capital social de 30.000.000 AKZ. Em novembro de 2021 a empresa aumentou o capital social para 100.000.000 AKZ, através da incorporação de prestações suplementares.

##### Prestações Suplementares

A empresa não tem ainda receitas suficientes para cobrir os custos, que são efectivamente altos neste tipo de actividade. Consideramos esta uma situação normal, em virtude de estarmos no mercado há relativamente pouco tempo e em virtude de o próprio mercado ser relativamente recente e de dimensão ainda reduzida. Estamos, no entanto, naturalmente atentos a esta situação e temos atuado, através do aporte de prestações suplementares, no sentido de dotar a empresa de todos os meios financeiros e humanos necessários, como é prova os 281.363.613 AOA de prestações suplementares já efectuadas.

Temos um novo aporte de capital, através de prestações suplementares a efectuar no decurso do mês de Janeiro, situação que permitirá colocar o capital próprio acima do mínimo regulamentar. De referir igualmente que em Assembleia Geral realizada a 13 de Dezembro de 2021 foi aprovado um novo aumento de capital no montante adicional de 150 milhões de kwanzas.

No sentido de modificar as perspectivas futuras, a sociedade irá iniciar a gestão de um novo fundo de investimento imobiliário no 1º semestre de 2022, que possibilitará a inversão do actual panorama, e irá permitir que a empresa tenha num curto prazo de tempo receitas suficientes para fazer face às suas responsabilidades, sem necessidade de ter de recorrer de forma adicional a prestações suplementares.

## 10. JUROS E OUTROS RENDIMENTOS

No final de 2021, a rubrica juros e outros rendimentos, apresenta a seguinte composição:

	31-12-2021
Comissões	2 890 000
Comissões de Gestão	2 890 000
Rendimento de Câmbio	272 959
Carteira de Títulos	0
Títulos de Dívida Pública	0
Outros Juros e Proveitos Equiparados	0
Depósitos a Prazo	0
<b>JUROS E OUTROS RENDIMENTOS</b>	<b>3 162 959</b>

## 11. JUROS E OUTRAS DESPESAS

No final de 2021, a rubrica juros e outras despesas, apresenta a seguinte composição:

	31-12-2021
Outras Comissões	1 138 233,98
Comissão Bancária	1 138 233,98
Comissão Bodiva	0
Comissão Cevama	0
Outras Comissões	0
Outros custos e perdas	0
Outras Comissões	0
<b>JUROS E OUTRAS DESPESAS</b>	<b>1 138 233,98</b>

## 12. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Em 31 de dezembro de 2021, a rubrica prestações de serviços, apresenta a seguinte composição:

	31-12-2021
Prestação de Serviços	118 938 854
Custo com Pessoal	17 784 739
Amortizações e Depreciações	7 809 410
Outros Custos e Perdas	19 059 964
<b>PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS</b>	<b>163 592 967</b>

## 13. PROVISÕES

Não existem no exercício económico de 2021.

## 14. PARTES RELACIONADAS

São consideradas entidades relacionadas com a Eaglestone:

- aquelas em que a Sociedade exerce, directa ou indirectamente, uma influência significativa sobre a sua gestão e política financeira - Empresas associadas e de controlo conjunto e Fundos de Investimento;
- as entidades que exercem, directa ou indirectamente, uma influência significativa sobre a gestão e política financeira da Sociedade - Accionistas; e
- os membros de pessoal chave da gerência da Sociedade, considerando-se para este efeito os Membros do Conselho de Administração executivos e não executivos e as Sociedades em que os membros do Conselho de Administração têm influência significativa.

No exercício de 2021 as únicas transacções mantidos pela sociedade com entidades relacionadas, no caso particular "Eaglestone Capital – Fundo de Liquidez Livre – Fundo Especial de Investimento em valores mobiliários aberto foram as comissões de gestão liquidadas pelo Fundo à sociedade gestora..

## 15. EVENTOS SUBSEQUENTES

Após a data de 31 de Dezembro de 2021 e a assinatura do presente relatório é de assinalar:

- No decurso do primeiro trimestre de 2022, o accionista Eaglestone S.A. no sentido de dotar a empresa de fundos próprios de acordo com a legislação reforçou em forma de prestações suplementares, adicionando aos 217.035.873 AKZ efetuados até 31 de dezembro de 2021;
- A conclusão no mês de Abril do processo de registo pela CMC do Fundinvest – Fundo Investimento Imobiliário, um projecto desenvolvido pela sociedade gestora para gestão de parte do património imobiliário da ENSA – Seguros de Angola.



## Relatório do Auditor Externo às Contas Individuais

Aos Accionistas da  
Eaglestone Capital, Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Colectivo, S.A.

### Relato sobre a Auditoria das Demonstrações Financeiras

#### Introdução

1. Para efeitos do disposto no Código dos Valores Mobiliários, aprovado pela Lei n.º 22/15, de 31 de Agosto (doravante designado por CódVM) e no Regulamento n.º 2/15, de 15 de Maio, sobre os Auditores Externos, auditámos as demonstrações financeiras anexas da Eaglestone Capital, Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Colectivo, S.A., as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2021, que evidencia um total de mAOA 2.043 e um total de capital próprio de mAOA 2.310, incluindo um resultado líquido negativo de mAOA 161.670, as Demonstrações dos Resultados por Naturezas, as alterações no capital próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data e os correspondentes Anexos.

#### Responsabilidade do Órgão de Gestão e do Órgão de Fiscalização pelas Demonstrações Financeiras

2. A Administração é responsável pela:
- (i) Preparação e apresentação das demonstrações financeiras, que apresentem, de modo apropriado, a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites para os Organismos de Investimentos Colectivos em Valores Mobiliários em Angola;
  - (ii) Criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material, devido à fraude ou a erro;
  - (iii) Elaboração do Relatório de Gestão, nos termos legais e regulamentares;
  - (iv) Adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados, tendo em conta as circunstâncias;
  - (v) Avaliação da capacidade da entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das actividades.
3. O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da entidade.



## Responsabilidade do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras

4. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião independente sobre estas demonstrações financeiras com base na nossa auditoria, a qual foi efectuada de acordo com a Instrução n.º 006/CMC/10-2020, sobre os Modelos de Relatórios a Elaborar por Auditor Externo Registado na Comissão do Mercado de Capitais (CMC) e as Normas Técnicas da Ordem dos Contabilistas e Peritos Contabilistas de Angola (OCPCA), as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes.
5. Uma auditoria envolve executar procedimentos para obter prova de auditoria acerca das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras. Os procedimentos seleccionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção material das demonstrações financeiras devido à fraude ou a erro. Ao fazer essa avaliação dos riscos, o auditor considera o controlo interno relevante para a preparação e apresentação das demonstrações financeiras pela entidade a fim de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não com a finalidade de expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da entidade. Uma auditoria inclui também avaliar a razoabilidade das estimativas contabilísticas feitas pela Administração da Sociedade Gestora e a apresentação global das demonstrações financeiras.
6. Para tanto, o exame a que procedemos incluiu:
  - (i) A verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Administração, utilizadas na sua preparação;
  - (ii) A apreciação se as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação são adequadas, tendo em conta as circunstâncias;
  - (iii) A verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;
  - (iv) A apreciação, em termos globais, se a apresentação das demonstrações financeiras é adequada.
7. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com os restantes documentos de prestação de contas;
8. Declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percebidas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.
9. Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião de auditoria sem reservas.



## **Opinião**

10. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 apresentam de forma apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Eaglestone Capital, Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Colectivo, S.A. em 31 de Dezembro de 2021, o seu desempenho financeiro e os fluxos de caixa relativos ao exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites para os Organismos de Investimentos Colectivos em Valores Mobiliários em Angola.

## **Ênfase**

11. Em 31 de Dezembro de 2021, a Sociedade Gestora apresentava nos seus fundos próprios, embora positivos, um valor abaixo do montante mínimo definido pela CMC. Conforme a Nota 9 do anexo às Demonstrações Financeiras, os accionistas da Sociedade Gestora com vista a repor o montante mínimo de capital e para fazer face as responsabilidades correntes, irão realizar durante o ano de 2022, prestações suplementares da capital com vista a resolver esta situação.

## **Relato sobre Outros Requisitos Legais e Regulamentares**

### **Quanto ao Relatório de Gestão**

12. Em nossa opinião, o Relatório de Gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a entidade, não identificámos incorrecções materiais.

Luanda, 29 de Abril de 2022



Crowe

Representada por João Martins de Castro

Perito Contabilista inscrito na OCPA com o n.º 20140123



## PARECER DO CONSELHO FISCAL

1 - Em conformidade com a legislação em vigor e mandato que nos foi confiado, vimos submeter à Vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange os documentos de prestação de contas e Relatório de Gestão da empresa **Eaglestone Capital SGOIC, S.A.**, relativos ao período findo em 31 de Dezembro de 2021, os quais são da Responsabilidade do Conselho de Administração.

2 – Acompanhámos com a periodicidade e a extensão que consideramos adequada, a evolução da actividade da Empresa, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor, tendo recebido dos diversos serviços da Empresa as informações e os esclarecimentos solicitados.

3 – No âmbito das nossas funções, examinámos as Demonstrações Financeiras, a 31 de Dezembro de 2021, que compreendem o Balanço, a Demonstração dos Resultados por Natureza. Adicionalmente, procedemos a uma análise do Relatório de Gestão do período de 2021, preparado pelo Conselho de Administração.

4 – Face ao exposto e dado ser o ano de constituição da sociedade, somos de opinião que, as Demonstrações Financeiras supra referidas e o Relatório de Gestão, estão de acordo com as disposições contabilísticas aplicáveis, pelo que poderão ser aprovados em Assembleia Geral de Accionistas.

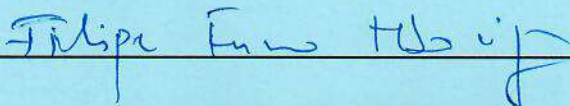
5 – Desejamos ainda manifestar ao Conselho de Administração e aos serviços da Empresa o nosso apreço pela colaboração prestada.

Luanda, 27 de Maio de 2022

### Conselho Fiscal



António Pereira (Presidente)



Filipe Mbongo (Vogal Efectivo)



Anderson Muanza (Vogal Efectivo)